



CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

22 A 28.8.1994

Janela indiscreta

Sob o signo do dilema

A vida política cabo-verdiana ganhou, por estes dias, novos vícios que lhe podem alterar os contornos no futuro imediato. Certa plena, porém, são dados que vêm trazer, isso mesmo, maior vivacidade e alegria à casa política cabo-verdiana, são elementos que vêm "animar a malta", como é bonito de se dizer.

Dois deles não contêm novidade, a sua anunciação e previsibilidade são já da propriedade de todos, desde algum tempo atrás: o anúncio formal do nascimento do Partido da Convergência Democrática (PCD) feito sábado último; e a prevista antecipação de eleições locais na Praia, como consequência e corolário do diferendo que opõe os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal.

O surgimento do PCD, para além de poder constituir-se na tão falada e desejada terceira força política do país — coloca-se, estrategicamente, entre o PAICV e o MPD, como, aliás, seria de esperar —, capaz de vir alterar profundamente o quadro parlamentar cabo-verdiano, levanta interrogações imediatas, substancialmente desconhecidas do posicionamento relativo a duas questões: a batalha parlamentar até 1996 e a queda dos órgãos autárquicos da capital e consequente antecipação de eleições.

No que tange ao primeiro facto, o que está em jogo é a definição do caminho a seguir no tocante aos deputados independentes afectos ou apoiantes do PCD: se continuam ou não no Parlamento; se uma parte sai para a batalha da organização e alargamento da base de apoio do partido e a outra continua a assegurar a necessária e indispensável voz desse partido no fórum mais importante do país, que é a Assembleia Nacional; se o líder (anunciado), Eurico Monteiro, vai conservar o seu lugar na AN ou se vai dar primazia à condução dos destinos do PCD. Em suma, quem vai sair e quantos vão deixar de ser deputados independentes para se dedicarem, exclusivamente, e em termos políticos, ao trabalho partidário.

Tenho informações que põem na boca de Eurico Monteiro a afirmação de que vai deixar o Parlamento irrevogavelmente. Ao contrário de Aristides Lima, líder do PAICV e chefe da bancada parlamentar desse partido, Eurico

Monteiro não acha por bem conciliar as duas funções, pela conclusão, talvez, de que a liderança do partido é, pelo menos neste momento, mais importante do que o papel que poderá desempenhar no Parlamento. A não ser que, confrontado com a opção imposta pela Constituição da República e o Regimento da AN, segundo a qual não pode manter-se como deputado eleito pelo MPD e ser dirigente (militante) de outro partido, Eurico Monteiro tenha decidido pelo caminho partidário, em detrimento da via parlamentar.

Não sei se terá sido isso. Mas se foi, acho que havia uma outra possibilidade — não se inscrever no PCD, mas ser o líder de facto, que não de jure, ou seja, ser líder informal, sem possuir o cartão de militante.

Acho que o PCD aceitará esta solução porque não teria nada a perder. Teria o seu líder e teria uma posição forte no Parlamento. E tratando-se do seu líder máximo, teria a possibilidade de "fazer comício" — desculpem-me lá esta expressão, não encontro melhor — em directo para todo o território nacional, possibilidade que não abunda por aí. Na verdade, ele poderia mergulhar-se no trabalho partidário, comiciar à vontade, reunir como queira e mobilizar apoiantes a seu bel-prazer. O que impediria isso, se não penence, formalmente, a partido nenhum?

A única reserva, talvez, é o receio de que se repita o que dizem ter acontecido no MPD — o líder formal, ou provisório, ganhar dimensão tal que ao líder formal (Eurico Monteiro) só reste a consolação de vice.

De todo o modo, a saída de alguns deputados ditos independentes é praticamente um dado adquirido e o próprio MPD espera isso. Sendo, porque é que Gualthero do Rosário falava, em entrevista a este jornal, da possibilidade de o seu partido alargar a maioria que possui, neste momento, no Parlamento?

Quanto à situação no município da Praia, há que esclarecer as vantagens que cobriria o PCD da antecipação de eleições locais, nesta altura do campeonato, quando Jacinto Santos se prepara para entrar no último ano do seu mandato.

Não sei se só para baralhar a política muni-

cipal do MPD na Praia valerá a pena arriscar numa eleição em que, possivelmente, não poderão concorrer, a não ser como grupo de cidadãos organizados, o que não traria benefício algum para o partido.

Ou será tão forte o apelo da necessidade de um balão de ensaio para as eleições legislativas de 1996? É possível que tanto o MPD como o PAICV queiram ter dados concretos, fiáveis e científicos sobre a tendência do eleitorado, que seriam fornecidos pelas eleições municipais da Praia. Isto possibilitaria ainda a rectificação, ou ratificação, de políticas e estratégias com vista à vitória eleitoral de 1996.

O rumor de que Jacinto Santos, o actual presidente da CMP, é um potencial candidato às eleições...presidenciais de 1996, não será antes uma ampliação da imagem do possível candidato do MPD à Câmara da Praia? Isto poderá ser um indício forte da disposição do MPD em concordar com a dissolução dos órgãos autárquicos da Praia e consequentes eleições para este ano.

E o PCD, que lucraria com a antecipação de eleições na Praia? Se João Manuel Almeida, o presidente da Assembleia Municipal, que se diz próximo do partido de Eurico Monteiro, obstruir, uma vez mais, a aprovação do orçamento e de plano de actividades da CMP, poderá estar a fornecer valiosos instrumentos tanto ao MPD como ao PAICV, sem contrapartidas ou vantagens para o PCD. Isto não significa que esteja eu a sugerir o sim ao meu amigo Joma. O que tem de fazer, que faça: eu só estou a tentar ver um problema na sua globalidade.

De qualquer das formas, eleições locais na Praia poderão acontecer dentro de meses, o que por si viria dar nova vida à política cabo-verdiana. Para já suscita o interesse saber quem e quantas forças políticas estarão dispostas, preparadas para concorrer. Como seria dividido o eleitorado e que projecção ou extrapolação se faria dos resultados.

Um terceiro elemento que acaba de ser introduzido na política cabo-verdiana, e é mesmo novidade, é o regresso de um dinossauro político chamado Abílio Duarte. Distó falaremos na próxima Janela.

Fernando Monteiro

Guiné-Bissau: O filho legítimo ou o adoptivo?

QUAL DELES PREFEREM OS BALANTAS

NOVO JORNAL, 11.8.94

Após a contagem de 60 por cento dos votos relativos à segunda volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, Nino Vieira liderava com pouco mais de sete mil votos sobre o seu opositor.

No Sector Autónomo de Bissau, segundo dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE), o professor liceal Kumba Ialá ganhou com 53,54 por cento dos votos, face aos 46,46 obtidos por Nino Vieira.

Faltavam contabilizar, entretanto, os votos de 27 círculos eleitorais, os quais constituem os 40 por cento decisivos, pois representam mais de cem mil eleitores, o que poderá, ainda, alternar a tendência do voto.

São eles dois dos três círculos em Bafatá, os dois da região de Tombali (sul do país), dois dos três de Cacheu (norte/nordeste), e o único de Bolama/Bijagós todos ainda sem resultados divulgados ao fecho da nossa página. Os dois círculos da emigração não participaram nestas eleições.

Os círculos por apurar em Bafatá, na fronteira das etnias fula e balanta, e os de Tombali, de etnia balanta, são os mais disputados, pois podem favorecer o balanta Kumba Ialá ou apoiar o lendário comandante Cabi (Nino Vieira), que embora seja da etnia papel é "filho adoptivo dos balantas" desde o tempo da luta armada pela independência da Guiné Bissau.

Na votação de domingo, a taxa de abstenção foi de 18,74 por cento enquanto o número de votos nulos foi de quatro mil 190 e o de votos em branco, sete mil 988.

Não há indícios de fraude, mas apenas a possibilidade de a votação ser repetida numa mesa de voto da ilha do Como (sul do país). Devido a uma avaria no navio que transportava as urnas estas chegaram atrasadas ao local.

O candidato da oposição guineense reivindicou, contudo, a sua vitória por 70 por cento dos votos, nas eleições que disputou com o actual chefe de Estado, Nino Vieira.

Kumba Ialá tinha tomado de assalto uma conferência de im-

prensa que estava a ser dada, antontem, pela Comissão Nacional da sua candidatura, em Bissau, e chamou de assassino a Nino Vieira, após o que foi convidado a abandonar o local pelo seu mandatário nacional.

"Eu ganhei por 70 por cento jornalistas, podem escrever que Nino é um assassino", disse o candidato da oposição.

Entretanto, os resultados do escrutínio da votação que depois foram divulgados pela própria candidatura de Kumba Ialá foram diferentes.

Os apoiantes da oposição tinham perspectivado uma vitória de Ialá, pois o candidato beneficiou da transferência automática dos votos de todos os outros candidatos da oposição da primeira volta das presidenciais.

Se se confirmasse essa transferência, Kumba Ialá efectivamente seria o terceiro presidente da Guiné-Bissau depois de Luís Cabral e Nino Vieira.

Em alusão às celebrações de vitória de Nino Vieira pelas ruas de Bissau, o representante de Kumba Ialá na Comissão Nacional de Eleições, Manuel Rambout Barcelos, fez o seguinte comentário:

"Nino Vieira está a dar mais luta do que pensávamos e por isso não vamos fazer qualquer festa enquanto não tivermos a certeza de que Kumba Ialá sairá vencedor".

A euforia promovida pelos apoiantes de Nino Vieira em Bissau para celebrar a sua vitória nas presidenciais de domingo terminou ao princípio da madrugada, com a oposição a reivindicar a vitória de Kumba Ialá.

A CNE prometera divulgar os resultados finais provisórios o mais tardar quarta-feira. Enquanto isso, uma e outra parte dizem que ganharam o posto do presidente da Guiné-Bissau.

A comissão da candidatura de Kumba Ialá anunciou, por outro lado, que vai apresentar um protesto na CNE pelo facto de os seus delegados nas mesas de voto no arquipélago dos Bijagós não terem podido exercer as suas funções por

dificuldades alegadamente colocadas pelo PAIGC, que não permitiu a sua deslocação atempada no helicóptero posto à disposição pela CNE.

Deputados portugueses felicitaram Nino Vieira

Os três deputados portugueses que integram a missão de observadores das Nações Unidas às eleições presidenciais na Guiné-Bissau, felicitaram, antontem, Nino Vieira pela sua vitória no acto eleitoral.

Os sociais democratas Rui Gomes da Silva e Luís Geraldês e o socialista José Reis, acompanhados pelo embaixador português na Guiné Bissau, João Rosa, prestaram declarações aos jornalistas depois de terem sido recebidos em audiência pelo chefe de Estado e candidato à sua sucessão na presidência da República guineense.

Rui Gomes da Silva, em declarações aos jornalistas, sublinhou que, apesar de ainda não serem conhecidos os resultados finais das eleições, "tudo indica que Nino Vieira sairá vencedor, pelo que achamos por bem felicitá-lo".

No encontro com o chefe de Estado guineense os portugueses manifestaram ao seu anfitrião a sua satisfação pela forma "ordéira e cívica" como decorreu o acto eleitoral.

"As pessoas votaram livremente, sem qualquer tipo de pressão, isso significa que a democracia está a vingar na Guiné-Bissau", declarou Rui Gomes da Silva.

O deputado social-democrata, que também esteve como observador na primeira volta da votação, acrescentou que houve um grande avanço em relação ao que sucedeu na primeira volta e, "por isso, podemos constatar a normalização do processo eleitoral guineense".

Os três deputados portugueses reuniram-se no sábado, por mais de duas horas, na residência do embaixador de Portugal, com o candidato apoiado pela oposição, Kumba Ialá, com quem trocaram impressões sobre o processo eleitoral no país.

As eleições moçambicanas vão ser mesmo em Outubro

Num país desmilitarizado

PÚBLICO, 15.8.94

O GOVERNO moçambicano e a Renamo decidiram que a falta de tropas nas novas Forças Armadas de Defesa não vai ser obstáculo para que as eleições presidenciais e legislativas se realizem mesmo em Outubro, conforme está previsto.

Reunido a semana passada em Maputo com o líder da antiga oposição armada, Afonso Dhlakama, o Presidente Joaquim Chissano considerou depois que o facto de as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) estarem com dificuldade em juntar os 30 mil homens preconizados não vai impedir que o povo seja chamado às urnas.

A desmobilização dos antigos exércitos rivais termina oficialmente hoje, mas na prática está muito atrasada e só uma pequena parte dos soldados que andaram na guerra, de um e outro lado, aceita agora passar para as FADM.

Assim, Moçambique vai votar mesmo sem ter conse-

guido recensear todos os cidadãos que queria nem formar devidamente umas novas Forças Armadas, num país exausto por uma dezena de anos de guerra colonial e, posteriormente, 16 anos de guerra civil.

Até agora, as FADM só têm três batalhões de infantaria, formados por instrutores britânicos, e dois batalhões de tropas especiais e um de fuzileiros treinados por portugueses; e não se julga possível que até ao fim de Outubro totalizem muito mais de seis mil homens devidamente preparados. Apenas um quinto daquilo que em 1992 foi determinado pelo Acordo Geral de Paz assinado em Roma.

As péssimas condições até agora oferecidas às tropas estão na origem da dificuldade em conseguir arranjar 15 mil homens provenientes das antigas Forças Armadas governamentais e outros tantos vindos da Renamo que se queiram alistar nas FADM. Mas Chissano disse ter falado com Dhlakama das acções em curso para melhorar a vida de

quem desejar prosseguir a carreira militar, num país agora em paz.

Um Presidente na reserva

Na semana passada, o Presidente da República passou à reserva, como general, de modo a que se possa candidatar a uma continuação no cargo; e o mesmo aconteceu com o ministro sem pasta Mariano Matsinhe e com o ministro do Interior, Manuel António, que eram respectivamente general e coronel.

Enquanto decorria a cerimónia da passagem à reserva daqueles dirigentes da Frelimo, 60 desmobilizados da Casa Militar de Chissano concentraram-se diante dos portões da Presidência e interromperam o trânsito na Avenida Julius Nyerere, exigindo ser recebidos pessoalmente pelo chefe do Estado. Além do pagamento de subsídios de desmobilização, os manifestantes exigiam transporte de regresso às suas regiões de origem e a divulgação dos resultados de um inquérito à sua situação

ordenado pelo Presidente.

Dezenas de milhares de moçambicanos têm sido oficialmente desmobilizados, depois de longos anos de guerra, mas muitos deles não se encontram satisfeitos com as condições em que o foram, pelo que os protestos se sucedem.

Na semana passada, mais de 300 deficientes militares de toda a província de Gaza afluíram à vila do Chibuto, a exigir um encontro com o governador provincial. Na ocasião, saquearam o mercado local e o Centro de Saúde, de onde retiraram colchões e matas.

No dia a seguir, receberam os subsídios a que tinham direito, alimentação e ferramentas para levar de volta às terras de cada um, de modo a que aí procurem iniciar uma nova vida, ultrapassada que foi a fase traumatizante de uma longa guerra.

Entretanto, o recenseamento eleitoral termina nesta semana e ainda só abrangeu cinco milhões, de uns calculados oito milhões de moçambicanos em idade de votar.

José Pinto de Sá,
em Maputo

Actores percorrem Moçambique para ensinar o que são as eleições

A democracia encenada

PÚBLICO, 15.8.94

Nelson Saúte
em Moçambique

Os actores de um grupo de teatro moçambicano estão a percorrer o país para representar, nas línguas locais, peças sobre assuntos do quotidiano: o que são as eleições, o que é a sida ou ainda sobre a "morte invisível", as minas. Por picadas onde essas mesmas minas ainda estão por desactivar, o Mutumbela Gogo vai-se cruzando com a miséria

dos refugiados de guerra, o desespero dos desmobilizados, as aldeias apáticas, subitamente em alvoroço com a chegada dos jipes, que trazem os actores que representam em locais improvisados.

Nelito Vasco olha para a paisagem e não diz nada. Está no meio de um centro de "regressados", como são conhecidos os moçambicanos que diariamente chegam ao país depois de longos anos de exílio forçado. Em cada abrigo coabitam quatro famílias. Cada uma tem cerca de seis

membros. Vasco espera, como todos. Chegou há dois dias. Traz família — a mulher e cinco filhos — e nove anos de refúgio. Mais a memória de muito tempo de sofrimento. Em 1985, vivia em Nhamatanga, em Tete, onde era ferreiro. A guerra expulsou-o e transformou Nelito num refugiado.

A sua história é como a de muitos. E a saga de um povo que, de terra em terra, procura o seu destino. Mas não o encontra em lugar algum. Ninguém sabe onde esse destino está. Por isso, quando Nelito Vasco é confrontado com o futuro, encolhe os ombros. Não quer acenar a um tempo que para ele, provavelmente, não existirá. Está preocupado com o que vive agora, o passado não é para recordar. Atrás de si, no caminho que o trouxe a Muturara, nada ficou de identificável. Última pergunta: quantos anos tem? Nelito demora-se a responder. "Já não

lembro mais."

Mutarara, na província de Tete, faz fronteira com o Malawi. Todos os dias, pela Vila Nova, atravessam essa fronteira milhares de moçambicanos. Os "regressados" recebem comida e informação enquanto esperam que as organizações humanitárias, como o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ou a International Organization for Migration (IOM) forneçam a ração — treze quilos de farinha de milho e meio litro de óleo vegetal por pessoa —, que os acompanhará ao longo da viagem de regresso às suas terras; porque, quando chegam, nada encontram. Ou encontram: a terra e as cinzas.

A parte velha de Muturara é uma cidade-fantasma. Paredes que desenham dramaticamente antigas casas. A antiga estação dos caminhos-de-ferro é o espectáculo da tragédia que foram as últimas décadas em Moçambique. Pelo caminho que se faz entre Tete e Muturara há uma enorme tumba de silêncio, onde agora descansa o passado recente.

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

A democracia encenada

te. Essas estradas quase ninguém as frequentava. Denunciavam o horror que suportaram, apesar da aplicada intervenção dos sul-africanos na sua reabilitação. Uma ironia que se impregna, indelével, em quem visita estes lugares.

Albertina e Francisco Litsuri também se refugiaram da guerra, mas na África do Sul. Tiveram um filho, a mãe não tinha documentos e não o podia registar. Por isso, rendem-se à solução óbvia. Confrontados com a impossibilidade de permanecer no estrangeiro, tentam, por meios próprios, regressar ao país. Entretanto, o Moçambique que reencontram vive a azáfama do período pré-eleitoral.

As fronteiras e os destinos não são os mesmos de Nelito Vasco e da família. Nem o futuro que os espera. A diferença está na encenação: Vasco é uma personagem real. Francisco foi inventado pelo grupo de teatro moçambicano Mutumbela Gogo. A peça chama-se "Vestir a Terra" e é um esforço de mobilização crítica. Esta peça, uma aposta singela sem pendor panfletário, resulta numa excelente "performance", muito bem recebida pelo público que enche o Teatro Avenida, em Maputo, que nela se revia.

O teatro em Moçambique ultrapassa a habitual divisão actor/espectador e alarga-se na relação social que mutuamente se estabelece. As peças de Mutumbela Gogo são disso um bom exemplo. Mais do que representar a vida quotidiana, os actores intervêm. Foi deste papel que a arte dramática assume no processo moçambicano que nasceu a ideia para o projecto "Moçambiqueiro-te" (verso do poema "Moçambicano", do livro homónimo de Gulam Khan, poeta que morreu em 1986, no avião de Samora Machel, o primeiro Presidente moçambicano).

A iniciativa partiu dos actores e de quem os dirige — no ca-

so, Manuela Soeiro — quando foram à Namíbia e à África do Sul representar as suas peças aos moçambicanos nos centros de refugiados e sempre se viram confrontados com a pergunta: "Quando é que podemos voltar a Moçambique?" "Vestir a Terra" não responde, mas sustenta-se dessa apreensão. Originalmente concebida e encenada em língua portuguesa, está hoje a ser trabalhada em dez línguas moçambicanas.

Os actores do Mutumbela Gogo, separados, percorrem o país para representações com os grupos de teatro locais. As peças mantêm os respectivos enredos, mas em cada região são adaptadas à realidade local. Manuela Soeiro justifica que "Vestir a Terra" foi feita para mostrar que: "Nós estamos vivos, queremos que o nosso país não caia em mais crises." Este apelo é gritado em línguas tsonga (falada no Sul do país); sena e chua (línguas do Centro); nyungwé, macua e makonde (representativas do Norte).

"Vestir a Terra" fala de eleições. Há outras peças em que questões como a das minas — "Morte Invisível" — estão em cena. Uma actividade de grande empenhamento completada pelo teatro de rua, em vários bairros de Maputo. Mas, para além disso, a terra irá vestir os homens em todas as capitais de província.

O palco de areia

Nelito Vasco também espreita, com aquele olhar que não se deixa surpreender com facilidade, os actores que se vestem atrás dos carros que engoliram mais de duzentos quilómetros de picada ameaçada de minas, depositadas em todo o percurso entre Tete e Mutarara.

Os actores, agora, são locais. Há cinco anos que promovem actividades recreativas

com o teatro. São estudantes e trabalhadores, dez ao todo. Trabalham em troca de coisa nenhuma, mas o entusiasmo é grande. Depois de sete horas de viagem por caminhos difíceis, não aceitam representar uma peça só, como lhes pede Manuela Soeiro, que acompanha um grupo de jornalistas.

A primeira peça que apresentam, ao sol, é "Vestir a Terra". O círculo de espectadores não se cala, comenta e ri. Responde quando o actor pergunta algo ao companheiro com quem contracenam. Os diálogos são em nyungwé, a língua local. Os cenários, as roupas, mudam-se rapidamente no interior do Land Rover, que serve de pano para o palco de areia. Em poucos minutos, está em cena a outra peça — sobre minas. Os "regressados" abandonam a letargia que lhes servia para alimentar a espera e deixam-se empolgar.

O fumo que paira é da refeição que virá em breve. Quem não participa da aventura da representação senta-se na areia a contemplar a paisagem agreste. Alguns embondeiros, poucos arbustos, palhotas de macuti compõem o incrível cenário de sofrimento que aqui se vive.

O Colectivo Zambeze (grupo de teatro de Tete) tem uma enorme experiência de teatro para as populações. Os temas que abordam adquirem enorme ressonância. Foi o caso da peça sobre sida "Kufa Kulpo", que em nyungwé significa "A Morte Existe". Depois de ver as duas peças, um dos espectadores aproxima-se dos actores e pergunta: "São vocês que falam da sida no rádio?"

Antes de Mutarara, o Colectivo Zambeze estivera em Boroma, que se localiza a 20 quilómetros da cidade e de Tete. A aldeia alberga 380 habitantes. Um enorme grupo junta-se em redor do rusumbo, uma árvore frondosa, lugar onde se improvisa o cenário. Rindo, comentando, aplaudindo, as crianças,

as mulheres, os homens e os velhos, acompanhando o Colectivo Zambeze, participam entusiasmadamente. Numa palhota perto, um homem, professor e camponês, ouve o seu Xirico, marca de pequenos receptores. Desliga o rádio. Quando se fala do futuro, prefere o silêncio. "Estou à espera", dirá depois, placidamente. Espera assim que um dia a sua terra seja o que debaixo da árvore, mesmo ali, à sua frente, se encena.

A terra é seca e a sede não desarma. Como por milagre, naquele deserto, aparece uma loja com bebidas frescas. "Mzimu wa Chiwanga Luissi", está escrito. Um rapaz aproxima-se: "O que quer dizer aquilo ali?", pergunta, apontando para o escrito na parede da loja. "Não acabo de saber" (sic), responde o interlocutor. Outro rapaz, entretanto, aproxima-se. "O espírito de Chiwanga." "Chiwanga é nome?" "Do dono da loja."

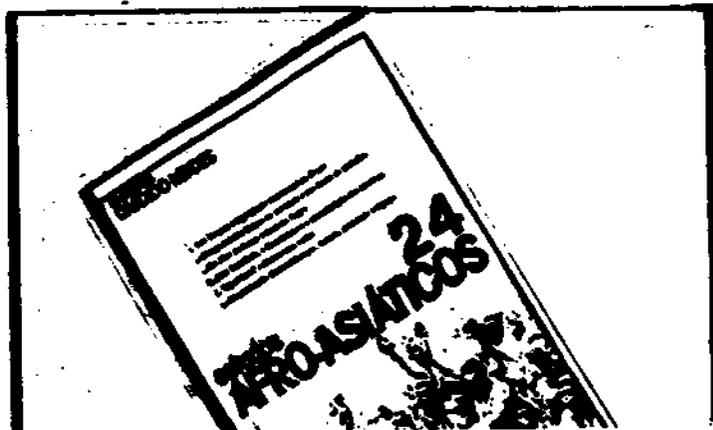
Dito isto, e com as bebidas em poder de quem desesperava, "agarra-se a estrada", como dizem os moçambicanos. A estrada que se dirige para Tete é benevolente, apesar dos solavancos. Pelo caminho, há gente que acena, cumprimenta. Outros pedem boleia. Para a cidade, como dizem. Do volante vem o lamento: "Não há lugar." Apesar disso, é espantoso verificar como as pessoas se excedem em simpatia. Como correm para a poeira, para acenar a quem passa. Num lugar e num tempo onde (quase) nada acontece, a passagem de um carro pode ser motivo para quebrar a apatia. O carro desaparece, lá atrás ficam aqueles homens cujo ofício é estar à espera da benesse do sol.

A ilha deixa-se derrotar não só pela modorra do tempo. Agora são as pedras que caem que a castigam. Apesar disso, as mulheres cultivam, sentadas à porta das suas casas, o olhar majestático que as caracteriza. Ou a forma como cantam e dançam tufo, be-

Professores angolanos continuam luta

PÚBLICO, 16.8.94

REPRESENTANTES dos professores angolanos e do governo provincial de Luanda estiveram ontem reunidos, não tendo chegado a qualquer acordo quanto às reivindicações de aumentos salariais e melhores condições de trabalho dos docentes, mantendo-se assim a greve que dura há duas semanas. O governo propõe ordenados situados entre os 2,4 milhões de kwanzas e os 7,6 para os professores do ensino básico. Para os docentes do ensino médio, a proposta prevê salários compreendidos entre quatro e nove milhões, enquanto para o superior os salários situar-se-ão entre um mínimo de 8,5 milhões e um máximo de 14. Um milhão de kwanzas representam cerca de 800 escudos. e



Os primeiros 100 dias da Administração Mandela

PÚBLICO, 17.8.94

Uma África do Sul "normal"

Steven Lang, em Joanesburgo

A República da África do Sul, durante décadas votada ao ostracismo pela maioria da comunidade internacional, é hoje em dia um país praticamente normal, do qual pouco se tem falado, desde que em Maio o líder do ANC tomou posse como Presidente, à frente de um Governo de Unidade Nacional.

Na quinta-feira, Nelson Mandela, de 76 anos, completa 100 dias como Presidente da África do Sul e faz um discurso desde já considerado importante, a anunciar uma série de projectos para os próximos tempos.

O aspecto mais surpreendente deste período simbólico de uma centena de dias é a sua normalidade, depois de décadas de sangue e de tensões, em que morreram dezenas de milhares de pessoas, enquanto não se conseguia acabar com uma governação exercida exclusivamente pela comunidade branca.

Há cinco anos, quando Frederik de Klerk substituiu Pieter Botha na Presidência sul-africana, quase ninguém esperaria que o país se transformasse, sem uma guerra civil sangrenta, de péria da Hu-

manidade numa autêntica democracia multirracial.

Ainda há seis meses, o Partido Inkatha, formado essencialmente por elementos da etnia zulu, ameaçava boicotar as eleições e a extrema-direita branca dizia que jamais iria aceitar uma Administração dominada por negros. Mas agora, passados pouco mais de três meses sobre a tomada de posse de Nelson Mandela, a África do Sul é praticamente um país normal, cujo Governo enfrenta problemas que não são muito diferentes dos que pesam sobre os ombros dos vizinhos.

Hartzenberg calou-se

O líder do Partido Conservador, Ferdi Hartzenberg, não permitiu que os seus seguidores votassem nas eleições históricas de 26 a 29 de Abril último, mas agora já não põe em causa a legitimidade do Governo de Unidade Nacional, formado pelos partidos de Mandela, De Klerk e Buthelezi.

Este último, líder do Inkatha, participa activamente, como ministro do Interior, numa Administração em que o ANC tem a maioria; e o espírito de reconciliação prevalece tanto a nível nacional como provincial. O Inkatha governa a província do Kwazulu/Natal e o Partido Nacional, do agora vice-presidente De Klerk, dirige a do Cabo Ocidental, havendo assim um naco do poder para todas as forças políticas realmente significativas.

A situação relativamente normal que reina no grande e belo país não significa um

éxito total do Governo em que ficaram representados os partidos com mais de cinco por cento nas eleições. O nível de violência em certas zonas do Kwazulu/Natal, e mesmo nos subúrbios de Joanesburgo, é ainda motivo de preocupação não só para o novo ministro da Segurança, Sidney Mufamadi, mas também para os que residem nas regiões afectadas. As rixas continuam a vitimar dezenas de pessoas por mês, mas o ambiente geral não é nada que se possa comparar ao de há quatro ou cinco meses.

Uma pobreza aflitiva

Quando Mandela presidiu à primeira sessão do novo Parlamento, na Cidade do Cabo, em 24 de Maio, reconheceu que ainda existem na sociedade sul-africana áreas de uma pobreza impressionante, em contraste com as bolsas de nitido desenvolvimento, com são as belas cidades de Joanesburgo, Durban e Pretória, entre outras. E disse que as autoridades iriam implementar projectos de reajustamento social sob a sua supervisão directa.

Esses projectos importantes não foram lançados durante os primeiros 100 dias, pois os novos ministros e as novas estruturas burocráticas têm levado a arranca mais tempo do que aquele que teria sido desejável. As estruturas das quatro antigas províncias e dos 10 bantustões agora extintos ainda precisam de ser reorganizadas e absorvidas nas das nove províncias em

que hoje em dia se reparte a África do Sul.

Em consequência dos atrasos destes primeiros meses da nova Administração, os eleitores que votaram no ANC ainda não sentiram grande diferença no seu quotidiano. A maioria esmagadora de quem não tinha casa adequada nem emprego certo continua na mesma, pois que milagres não se fizeram. Os pobres continuam pobres e os ricos continuam à espera da tão prometida vaga de investimentos externos.

O Governo tem um Programa para a Reconstrução e Desenvolvimento visto pela maioria dos sul-africanos como a solução de todos os problemas sociais do país; mas o ministro sem pasta dele encarregado, Jay Naidoo, ainda não conseguiu construir uma casa ou criar um emprego que não fossem para os próprios funcionários que há-de implementar o PRD.

O povo está pouco a pouco a perder a paciência. Todos os dias há frente ao Parlamento manifestações de pessoas a exigir aumento salarial, casa, saneamento e água potável, enquanto as autoridades vão mais ou menos respondendo que "Roma e Pavia não se fizeram num dia". Por enquanto os protestos não são muito grandes, mas poderão crescer no futuro se a população não vir actos concretos dentro das próximas semanas. E se os padrões de vida da maioria não melhorarem substancialmente nos próximos dois anos a estabilidade social ficará de novo em perigo, como o estava há dois ou há três anos. ■

Militares feridos em Moçambique

TRÊS militares do batalhão português que integra a força de Ouzum (Moçambique) foram transportados de urgência para um hospital de Joanesburgo e outro está internado no hospital de campanha argentino, na Matola. Os quatro militares ficaram gravemente feridos em consequência de um acidente de viação, na segunda-feira, às 21h30, quando se dirigiam da Matola para Ms-

PÚBLICO, 17.8.94

puto, em vistoria civil. Os cabos Vítor Gonçalves Pedro, Luís Miguel Guerra Pereira e Filipe Manuel Castano tiveram que ser transferidos, por helicóptero, para Joanesburgo, depois de terem sido assistidos no Hospital Central de Maputo pelos médicos argentinos da Ouzum. O terceiro elemento, Nuno Manuel Antunes da Costa, cujo diagnóstico inspirou menos cuidados, foi transferido para o hospital de campanha argentino. O comando do batalhão português abriu um auto de averiguações para determinar as causas do acidente. ■



PROFESSORES DE LUANDA CONTINUAM GREVE — Os professores da província de Luanda decidiram continuar por tempo indeterminado a greve que principiaram no dia 1 deste mês, não aceitando a proposta da sua comissão coordenadora, que propunha a suspensão. A decisão foi tomada ontem, no Instituto Nacional de Educação Física, onde alguns milhares de professores rejeitaram a sugestão da coordenadora de suspender a greve até à realização dos exames, bem como as contrapropostas que o Governo apresentou. PÚBLICO, 18.8.94

Generais de Luanda e da UNITA esperados em São Tomé

A guerra em Angola continua viva

PÚBLICO, 17.8.94

AS POSSIBILIDADES de paz em Angola parecem hoje quase tão remotas quanto o estavam há 10 meses, quando se iniciaram em Lusaca os contactos exploratórios das conversações que depois se iriam arrastar por tempo indeterminado e demonstrar bem mais difíceis do que o imaginavam os mais pessimistas.

Ao contrário do que Luanda imaginava em meados do ano passado, a UNITA está ainda muito longe de perder a iniciativa militar e quer até, segundo o boletim diário "Imparcial", cujas três páginas são distribuídas por fax, tentar de novo o isolamento da capital angolana.

Muito recentemente, as forças de Jonas Savimbi terão ocupado as áreas de Bela Vista e Zala, no norte da província do Bengo, e danificado a ponte sobre o rio Loge, aparentemente com o intuito de asfixiarem a cidade portuária de Ambriz e de a

partir daí lançarem uma ofensiva contra o Cazito, a uns escassos 60 quilómetros de Luanda.

Unidades especiais do "Galo Negro", denominadas forças de abate e extermínio, teriam sido lançadas entre tanto a sul do rio Kwanza, com o objectivo de cortarem o trânsito entre Luanda e Porto Amboim e de destruírem a ponte sobre o rio Longa, quase à entrada da capital.

Estas movimentações da UNITA, a umas quantas dezenas de quilómetros da cidade de Luanda, coincidem com a chegada aqui de novas remessas de equipamento militar, como se a guerra continuasse bem viva e toda a documentação desde Novembro preparada em Lusaca não passasse de retórica.

O novo equipamento começou na semana passada a ser descarregado no porto da capital e o correspondente do PÚBLICO viu uma longa fila de camiões com helicópteros da série MI-17 fornecidos pela Rússia, tanques do tipo MBP e peças de artilharia.

Alguns observadores admitem que, na actual fase das negociações na capital zambiana, os dois beligerantes farão os seus derradeiros esforços nas frentes de combate, de modo a não permitirem que se quebre o equilíbrio militar.

A deslocação na semana passada a São Tomé e Príncipe do chefe da Casa Militar do Presidente José Eduardo dos Santos, Osvaldo "Beto" Van Dunen, depois de em Julho o Presidente Trovoada já haver recebido o secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, deixou entender que, muito em breve, as chefias militares do Governo angolano e da UNITA ali se reunirão.

Não há ainda nenhuma data definida, mas tudo indica ser efectivamente possível que dentro de dias os estados-maiores dos dois exércitos de Angola concretizem a reunião em São Tomé, da qual já se tem por mais de

uma vez falado desde Outubro do ano passado.

O impasse dos últimos meses quanto à governação da província do Huambo, que o partido de Savimbi queria para si, deixou Luanda à beira de um ataque de nervos, mas Lopo do Nascimento — uma das figuras mais moderadas do regime — veio a terreno serenar os ânimos: "É muito difícil negociar com a UNITA, mas não temos outra saída. É preciso negociar com perseverança e não perder a cabeça."

Enquanto isto, e tal como há 13 ou 14 meses, correm na capital versões, nunca confirmadas, de que as forças governamentais se estariam a preparar, uma vez mais, para se lançar à reconquista da cidade do Huambo, perdida em 6 de Março do ano passado.

Angola lutou de 1961 a 1974 para se ver livre da administração colonial portuguesa; e a UNITA luta ainda hoje por conseguir pelo menos uma parcela do poder de que o MPLA se assenboreou em Novembro de 1975. ■

Exército foi extinto

PÚBLICO, 17.8.94

AS FORÇAS ARMADAS de Moçambique (antigo FPLM dos primeiros anos do regime Frelimo) foram ontem formalmente extintas e a defesa da integridade territorial passou a estar a cargo das novas Forças Armadas de Defesa (FADM), ainda em fase de preparação.

Durante a cerimónia de extinção, na Praça dos Heróis, em Maputo, passaram à disponibilidade três dezenas de oficiais superiores, incluindo os generais Alberto Chipande e Hama Thei. Ambos conservarão, contudo, os seus lugares no Governo, onde ocupam as pastas de ministro e vice-ministro da Defesa, respectivamente.

O Presidente da República, Joaquim Chissano, já passara à reserva na qualidade de general, na sexta-feira, em simultâneo com outro grupo de oficiais, muitos deles veteranos da luta pela independência de Moçambique, que se travou de 1964 a 1974.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique

(FPLM) foram criadas há 30 anos, para conduzir a guerrilha contra a administração colonial portuguesa, que ia então de Cabo Verde a Macau e a Timor. Depois da proclamação da independência, em 1975, transformaram-se no Exército nacional moçambicano, passando mais tarde a ser designadas por Forças Armadas de Moçambique, embora fossem geralmente referidas pela sigla FAM/FPLM.

Ao longo da sua existência, as FPLM, que tiveram em lugares cimeiros homens como Sebastião Mabote e Armando Emílio Guebua, combateram os exércitos português, rodésiano e sul-africano, bem como a Renamo. Além fronteiras, deram ainda uma mão na Rodésia, ao lado da ZANU de Robert Mugabe, e no Uganda, juntamente com militares tanzanianos, para ajudarem a guerrilha de Yoweri Museveni.

Ao abrigo do Acordo Geral de Paz assinado em Roma no dia 4 de Outubro de 1992, as FAM/FPLM e as unidades da

Renamo têm vindo a ser desmobilizadas e a sua dissolução está a dar lugar ao novo Exército apolítico unificado, as FADM. O Chefe do Estado-Maior destas, general Lagos Lidimo, foi designado pela parte governamental, e o Vice-Chefe, Mateus Ngonhano, pela Renamo. O Comandante-Chefe das Forças Armadas continua contudo a ser o Presidente da República.

Ambiente festivo

A cerimónia de ontem, que decorreu com pompa e circunstância, na presença do representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, assistiram membros do Governo, diplomatas e deputados. A actuação de duas bandas musicais atraiu ao local numerosos habitantes e a Praça dos Heróis, ladeada por um extenso mural alusivo à História do país, reviveu durante uma manhã o ambiente festivo que ali era fre-

quente durante a presidência de Samora Moisés Machel, uma pessoa muito mais extrovertida do que Joaquim Chissano.

Na segunda-feira, o general Hama Thei orientará as cerimónias que assinalaram a extinção dos comandos da Marinha de Guerra e da Força Aérea das FAM/FPLM e a transferência do seu património e responsabilidades para as FADM.

Entretanto, fontes da Missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) anunciaram que os comandos militares da Renamo serão extintos na sexta-feira, numa cerimónia a realizar na base central de Maringwé, na zona do antigo Parque Nacional da Gorongosa, principal atracção turística moçambicana no tempo colonial. Afrano Dhlakama já ali se encontra e deverá passar à reserva na qualidade de general, cumprindo assim uma exigência imposta aos candidatos presidenciais que ocupavam funções militares. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

EXTINTAS FORÇAS ARMADAS MOÇAMBICANAS

NOVO JORNAL, 17.8.94

As Forças Armadas de Moçambique (FAM) foram, finalmente, extintas ontem numa cerimónia em Maputo, em que os oficiais do seu Estado-Maior General foram desmobilizados. O presidente da República e Comandante em Chefe das FAM, o major general, Joaquim Alberto Chissano, por sua vez, foi desmobilizado em cerimónia pública na sexta-feira. A passagem à disponibilidade de Joaquim Chissano, virtual candidato à sua própria sucessão na presidência do país, enquadra-se na extinção dos exércitos partidários e privados em Moçambique, à luz do Acordo Geral de Paz assinado entre o governo e a Renamo, em Roma, em Outubro de 1992. Entre os oficiais desmobilizados, encontra-se o general Alberto Chipandê que conserva a sua pasta de ministro da Defesa desde a independência, o que faz dele o mais antigo membro do governo de Maputo a chefiar o mesmo ministério.

Criado há 30 anos, sob o nome de Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) braço armado da Frelimo, o exército guerrilheiro contribuiu para conquistar a independência política da nação, mas não conseguiu levar de vencida a resistência armada da Renamo apoiada pela Rodésia (actual Zimbabwe) e África do Sul.

A extinção das Forças Armadas resultante dos acordos de paz prevê a criação das novas Forças de Defesa de Moçambique (FADM) exército único formado em partes iguais por militares das FAM e ex-guerrilheiros da Renamo.

"Estão estas forças em condições de nos defender cabalmente? Essas forças estão ainda em vias de formação e consolidação", afirmou o presidente moçambicano em alusão ao atraso na formação do novo exército que tem ainda pouco mais de seis mil efectivos treinados ou em instrução.

"Oxalá que as novas forças armadas não tenham que combater, pois estamos a combater para a paz. O que queremos é a paz interna e na região", sublinhou Joaquim Chissano.

"A melhor forma de o conseguirmos é trabalharmos para uma verdadeira reconciliação nacional", acrescentou o chefe de Estado.

Um total de 33 oficiais, seis generais e 26 coronéis, tenente-coronéis e um major das FAM passaram

à disponibilidade, incluindo o chefe do seu Estado-Maior General, tenente-general Hama Thai, igualmente vice-ministro da Defesa.

Estes oficiais vão continuar a trabalhar no ministério da Defesa, conforme anunciou Joaquim Chissano na cerimónia que teve lugar na Praça dos Heróis.

O presidente, que assinou a ordem de serviço que desmobilizou os militares, disse ainda que os outros oficiais já desmobilizados "terão na vida civil várias outras oportunidades que trataremos com cada um deles".

Tanto Chipandê, "o homem que disparou o primeiro tiro" em 1964 na guerra pela independência, como Hama Thai exibiram para a imprensa os seus cartões de desmobilizados e receberam a indemnização de reintegração na vida civil, cerca de sete milhões de meticais o primeiro e cinco milhões o segundo.

A ordem de extinção das FAM, assinada por Joaquim Chissano, manda entregar todo o seu património às FADM, presentes na cerimónia pelos seus oficiais de Estado Maior e pelos seus dois comandantes superiores, tenentes-generais Lagos Lidimo (ex-FAM) e Mateus Ngonhamo (ex-movimento armado).

Os chamados "médicos de execução de guerra" foram entregues simbolicamente pelos comandantes do

exército de terra, força aérea e marinha de guerra a Chissano, que prometeu "oportunamente" transmiti-los às FADM.

"Missão cumprida" foram as palavras mais ouvidas no discurso de Hama Thai, que sublinhou ser a extinção das FAM/FPLM a expressão da "determinação do governo de honrar os compromissos" do Acordo de Roma e "garantir um futuro de paz para Moçambique".

Ao historiar a vida das FAM, Hama Thai disse que os seus primeiros grupos foram treinados na Argélia, Gana, Egipto, União Soviética, China, Cuba e Israel.

O vice-ministro da Defesa não deixou de referir a acção de "desestabilização e destruição pela Renamo, de que não há memória no nosso país".

"Se não fosse a acção abnegada das FAM/FPLM não teria havido acordo de paz, mas tomada do poder pela força como estava planeado", declarou ainda Hama Thai.

Prorrogado recenseamento eleitoral

Por outro lado, em Maputo, a Comissão Nacional de Eleições, CNE, anunciou a prorrogação do recenseamento eleitoral até ao próximo dia 20 e a aprovação do direito de antena.

O prazo de registo para as primeiras eleições gerais e multipartidárias do país, marcadas para Outubro, foi prolongado por mais cinco dias, tendo em conta os "casos especiais" como os deslocados e desmobilizados.

"Mas constatando haver muita gente ainda não recenseada por razões de ordem diversa, o órgão deliberou tornar a prorrogação para todos os casos", indicou Dionísio Simbe, porta-voz da CNE.

Estimativas da CNE apontam para o registo até o dia 9 de 5,1 milhões de eleitores contra os 7,8 milhões em todo o país. As províncias de Gaza, no Sul do país, e Tete, no Centro-Oeste, são os casos com menor afluxo de eleitores, tendo registado menos de 50 por cento do estimado.

Continua na pág. 8

LEI DO DÓLAR NA LUNDA NORTE TRIPLICOU CUSTO DE VIDA

É frequente ver os "camanguistas" (compradores de diamantes) e os "garimpeiros" (mineiros artesanais) utilizarem apenas o dólar nos negócios entre si e nas compras que efectuam, perante os olhares espantados dos cidadãos comuns, que nem 150 mil cuanzas conseguem para fazer uma refeição frugal diária.

Mesmo as deslocações entre as principais localidades da Lunda Norte são um "pesadelo" monetário. Uma distância de escassos 90 quilómetros ascende a 200 dólares, se o meio utilizado for o helicóptero (dos meios mais seguros neste momento na região).

Por via terrestre, o risco espreita a cada passo, todavia pode efectuar-se, ainda que em lenta e demorada coluna militar. Claro que tem um preço de "bradar aos céus": cinco milhões de cuanzas.

Tudo isto num corropio de circulação de diamantes, logo de riquezas, que num ápice se esfumam em transacções fabulosas (a maior parte das vezes ilegais) com destino à Europa.

NOVO JORNAL, 17.8.94

Os "camanguistas" e os "garimpeiros" estão a ditar as leis do mercado na Lunda Norte, onde o custo de vida triplicou relativamente ao de Luanda, apurou a agência Lusa em várias localidades desta província diamantífera.

As transacções, em especial de bens de consumo essenciais, nos centros urbanos do Dundo, Lucapa e N'Zagi (ex-Andrada), atingem tais preços que se afigura difícil para um cidadão sem posses conseguir dar uma refeição diária à família, por mais pequena que seja.

A título de exemplo, refiram-se os valores da vila de Dundo, localidade de fracos recursos minerais, onde um litro de gasolina custa seis dólares e o de gasóleo atinge os três dólares.

Aqui, o câmbio do dólar faz-se a 250 mil novos cuanzas (contra os cerca de 130 mil do câmbio oficial de hoje em Luanda). Uma lata de leite, que custa 900 mil a um milhão de cuanzas em Luanda, é vendida na Lunda Norte por três vezes mais.

Nas localidades de Lucapa e N'Zagi, os preços ainda são mais elevados.



EXTINTAS FORÇAS ARMADAS MOÇAMBICANAS

Uma vez que o ritmo do recenseamento é de 100 mil pessoas por dia, é de esperar que até ao seu termo, no próximo dia 20, mais um milhão de eleitores possa ser inscrito.

Simbe informou, igualmente, que a CNE aprovou o direito de antena e de utilização de lugares públicos durante a campanha eleitoral que, oficialmente, começa no dia 12 de Setembro próximo.

Segundo o documento, serão concedidos, equitativamente, 10 minutos semanais na televisão pública (TVM) e cinco diários na Rádio Moçambique (RM) a cada partido concorrente às urnas.

Existem no país 18 partidos re-

gistados e para além dos órgãos de comunicação social públicos funcionam uma televisão e uma emissora (pertencente à Renamo) privadas.

Dionísio Simbe acrescentou que a CNE decidiu estipular o prazo de 60 dias antes das eleições (de 27 e 28 de Outubro) para a entrega das listas dos candidatos às legislativas.

A lei eleitoral moçambicana, de 276 partidos, prevê o mesmo período para as candidaturas às presidenciais, mas não tem qualquer referência relativa ao prazo para as legislativas.

Assim, tanto os candidatos à Assembleia Nacional como à Presidência da República devem de submeter as suas preferências àquele órgão até o próximo dia 29 de Agosto.

PÚBLICO, 19.8.94

SOS Angola

SOS Dembos e Apelo pela paz em Angola, dois movimentos de natureza e origem distinta mas com idênticas preocupações, acabam de ser lançados esta semana, em Lisboa, promovidos pela Congregação do Espírito Santo e pelo jornalista Rui Ramos, respectivamente. Qualquer deles, por causa da guerra desencadeada de novo depois das eleições de Setembro de 1992 entre a UNITA e o Governo de Luanda e a situação de catástrofe social e humana que os angolanos vivem. Subscrito pelo padre Domingos Salgueiro da Mota — o único missionário sobrevivente da sua congregação, na província do Bengo, a 200 km de Luanda, onde vive desde 65 —, SOS Dembos classifica-se como um movimento de solidariedade social e com âmbito alargado aos restantes PALOP. Mas não a região dos Dembos e as suas populações isoladas pelo fogo cruzado que o preocupam no imediato. "Ninguém sai nem ninguém chega por terra aos Dembos", diz. E explica: "A comunicação entre Luanda e o Uije encontra-se há muito cortada, nem os aviões das organizações humanitárias se arriscam já a fazê-lo. Não conseguimos fazer chegar a quem tanto precisa a ajuda humanitária que nós vamos recolhendo senão por terra, com transbordo numa pequena embarcação. Mas, para isso, falta-nos dinheiro para suportar os preços astronómicos do combustível para o encaminhamento das ofertas vindas da Europa. E, sem dinheiro, é impossível fazê-lo." A sede é na Rua de Stº Amaro, 51, Lisboa. De natureza política é o "Apelo pela paz em Angola", do jornalista Rui Ramos. Dirigido "ao Vaticano, à comunidade internacional" e aos "vencedores e aos vencidos nas urnas", Ramos apela ao "fim da guerra", ao "perdão" e à "reconciliação", a partir de um "Código de paz" que comprometa "todos os angolanos".

LIGUE

531-2000

RAMAL 259

AFRO-ASIÁTICOS



AS MULHERES TAMBÉM SE AMOTINAM

MEDIAFAX, 19.8.94

1-574 (Maputo) Dezenas de militares das FADM, na sua maioria membros do Destacamento Feminino das FAM, ocuparam ontem o comando do exército, retendo os chefes de vencimentos e da contabilidade.

Exigência: pagamento do salário de Agosto. Trata-se de um arranjo para pagar aos militares que trabalharam estes dias de Agosto ainda como FAM e que agora transitam para as FADM. Isto significa que o próximo vencimento só acontecerá nos finais de Setembro, atingindo-se, então, à normalidade instituída em todo o Estado - o vencimento é pago no fim do mês.

Caso não houvesse pagamento ainda ontem, nenhum membro do sector de finanças do comando do exército poderia sair das instalações.

O valor em causa ronda os 20 milhões MT.

A acção de força começou por volta das 13.30 horas. Quando o nosso reporter lá chegou a meio da tarde, estavam a receber os seus subsídios de desmobilização muitos militares já desmobilizados que ainda ontem deveriam começar a partir para as suas zonas de origem.

Os/as amotinados/as são militares já integrados nas FADM. No meio da confusão, ouvimos regularmente a alegação de que os 20 milhões já tinham sido depositados, para o respectivo pagamento de salários.

Mas, segundo o chefe de vencimentos - que não nos quis dar o seu nome - houve, na terça-feira, um grupo de desmobilizados que precisava de receber os seus subsídios, os quais saíram desse bolo de 20 milhões. Ele acrescentou que mesmo o general Dai ainda não recebeu os seus subsídios de desmobilização por não haver dinheiro. Disse ainda que o problema já tinha sido apresentado - por escrito - ao departamento de finanças do Ministério da Defesa e que havia, de lá, uma resposta favorável.

Entretanto, uma comissão formada por alguns dos militares amotinados foi ao MDN. A demora de regresso desta comissão fez aquecer ainda mais os ânimos nas instalações do comando do exército, chegando-se à ameaça de mandar para a cela o chefe de vencimentos.

O que levou os militares a duvidar de que o problema seria resolvido era isto: 1. as FAM estão extintas; 2. o director de finanças, tenente-coronel Muia, foi desmobilizado; 3. de onde virá o dinheiro?

O mediaFAX conseguiu contactar o major Eugénio Henrique no departamento central de finanças do MDN. Ele garantiu que o cheque de 20 milhões já estava passado e que os pagamentos começariam hoje de manhã.

No entanto, ao fim da tarde regressámos ao comando e verificámos que os salários já estavam a ser pagos, não em cheque mas em numérico.

Dentro das instalações, com as portas

fechadas, as mulheres militares estavam tão zangadas como os homens. Berravam e gesticulavam, e falavam das famílias que têm de sustentar.

Nenhum dos amotinados estava fardado. No resto do comando também parecia não haver militares fardados. Aguarda-se novo comando.

De fonte autorizada, apurámos que o MDN tem o seu orçamento para 1994, que o montante é disponibilizado para todo o ano pelo Ministério das Finanças, que a gestão deste dinheiro cabe ao MDN, e que, portanto, em princípio, há dinheiro no MDN para pagar salários ao novo exército. (Rui de Carvalho e redacção)

PS: Ao fim da tarde de ontem, a comissão ad hoc dos desmobilizados da Casa Militar - que na semana passada cortaram o tráfego em frente da presidência da república - reuniu-se com alguns partidos da oposição não armada na sede do PCN.

O assunto começa a politizar-se, podendo vir à superfície nas campanhas eleitorais dos partidos da oposição.

No encontro, o SG do Monamo, Dr Máximo Dias, comentou que aqueles ex-militares não tinham conseguido grande coisa junto de gente "tão influente" como o cardeal D. Alexandre, mas prometeu escrever notas de protesto contra o governo, a serem dirigidas a instâncias do Estado e à imprensa. Os restantes partidos concordaram em juntar-se a esse gesto.

Lutero Simango, por seu turno, pediu o apoio daqueles homens na mobilização dos eleitores contra a Frelimo e Chissano na votação de Outubro.

Desactivação das máquinas de guerra até ao fim do mês

MEDIAFAX, 19.8.94

2-574 (Nampula) Até ao fim deste mês, garante a Onumoz, estarão desactivadas as máquinas de guerra do governo e da Renamo nas três províncias do norte.

Nos centros de acantonamento de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, estão ainda a ser desmobilizados 443 homens das extintas FAM e 495 da Renamo, segundo o coronel Kazi Ashfaq Ahmed, comandante regional da Onumoz (zona norte).

Nos Centros de Tropas Não Acantonadas ainda existem 3 500 militares no total - 85 dos quais da Renamo.

Nas três províncias foram desmobilizados, até aqui, 12 898 militares governamentais e 2 936 da Renamo. E foram recolhidas 40 000 armas dos dois exércitos mais 15 mil das forças milicianas. A desmilitarização ainda não começou. Crê-se que haja, espalhadas, umas 880 minas.

O governador de Nampula, Alfredo Gamito, disse no fim da semana passada a um grupo de jornalistas moçambicanos e angolanos - de visita à província - que as zonas sob controlo da Renamo "ainda não estão integradas" no todo territorial.

Segundo ele, são zonas "sob influência" de bases militares da Renamo e continuam interditas, abarcando uma área global de cerca de 3 mil kms quadrados, dos 90

mil kms quadrados de área total da província. Ali, acrescentou ele, as populações vivem "em péssimas condições".

Ele afirmou que os assessores da Renamo para esta província ainda não começaram a trabalhar. Gamito diz que isso se deve a uma "falta de vontade política" da parte da direcção da Renamo.

De 1 a 15 de cada mês, as administrações distritais processam os pagamentos de subsídios aos militares desmobilizados. Este é um mecanismo que estabelece quantos militares já regressaram às suas zonas de origem. Gamito disse que poucos, e só ultimamente, desmobilizados da Renamo têm aparecido para receber os seus dinheiros.

O governador põe a hipótese de a zona de Namige continuar a ter uma "base central" da Renamo.

Na segunda-feira, perguntámos a Dhlakama, que estava de passagem pela Beira para Maringué, se isto era verdade.

Ele disse que isso não passa de "propaganda da Frelimo". Acrescentou que o governo na semana passada recusou empossar como administradores de zonas sob controlo da Renamo 35 elementos apresentados pelo movimento (centro e norte). Para ele, este exemplo ilustra que é o

governo que não quer integrar na administração territorial as zonas controladas pela Renamo porque não quer empossar gente da Renamo.

Bengt Junggren, do Unohac, trabalha na zona norte. Ele informa que os militares do governo e da Renamo estão efectivamente a ser desmobilizados, mas há ainda os problemas dos naparamas e das armadas espalhadas pelo interior. Acrescentou que o acesso às zonas anteriormente nas mãos da Renamo está a melhorar "de dia para dia". Na sua opinião, já não se pode falar em zonas fechadas, mas concorda que ainda são áreas de muita desconfiança em relação aos que vêm de fora delas, e para lá se chegar ainda é preciso informar pessoal da Renamo - exemplo: área de Chapa no distrito de Mueda.

Na Beira o líder da Renamo informou que "as duas partes" estão a trabalhar para que o recenseamento prossiga até dia 30 deste mês, mais dez dias do que foi determinado pela CNE.

Dhlakama argumenta que nas provin-

Financiamento do jornal "África": ex-primeiro-ministro de Cabo Verde vai a tribunal

Pedro Pires acusado de peculato

PÚBLICO, 19.8.94

O ANTIGO primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, e três dos seus colaboradores foram formalmente acusados pelo Ministério Público de crime de peculato por terem canalizado verbas públicas para o jornal "África". De acordo com o jornal "A Semana", que divulgou a notícia na Cidade da Praia, o processo foi já enviado ao tribunal e o presidente do PAICV incorre em penas que vão de 12 a 16 anos de prisão.

Com sede em Lisboa e dirigido por Leston Bandeira, o jornal "África", extinto em 1991, recebeu do Estado cabo-verdiano cerca de 35 mil contos, numa operação secreta de que não terão tido conhecimento todos os membros do executivo de Pedro Pires.

O antigo ministro das Forças de Segurança e Ordem Pública, Júlio de Carvalho, o seu assessor Carlos Andrade, e o então secretário de Estado das Finanças, Arnaldo França, são os demais envolvidos no processo, aparecendo como co-arguidos.

Os quatro são acusados de terem feito "air do cofre do Estado de Cabo Verde, por vias impróprias e ilegais e em proveito de terceiros" a quantia em causa, "com nítido prejuízo para o erário público ao darem o referido montante o destino diverso do legal, utilizando para o efeito vias secretas."

O chamado caso "África"

veio a público em 1991, através do jornal oficial "Voz di Povo", pouco depois das eleições que levaram o Movimento para a Democracia (MpD) ao poder, substituindo o PAICV. Classificado de confidencial, o "dossier", segundo Pedro Pires, foi enviado por ele próprio ao seu sucessor Carlos Veiga...

Em Abril de 1992 o "Voz di Povo" voltou a trazer a público um outro escândalo, bem mais explosivo, relacionado com a compra de dois aviões "Brasilis" por parte de Cabo Verde. E nele apareceram envolvidos altos funcionários cabo-verdianos e angolanos, acusados de terem, enquanto negociadores, recebido luvas dos vendedores brasileiros. E desde então os dois processos vêm-se arrastando pa Justiça.

Para Pedro Pires e sectores afectos ao seu partido tudo não passa de uma manobra engendrada pelo actual Governo, que viu nisso uma oportunidade de o destruir pessoal, política e moralmente. Aparentemente, o Ministério Público terá posto de parte o dossier "Brasilis" e levado adiante apenas a questão do "África".

O seu recuo em relação ao primeiro processo estará de alguma forma relacionada com a reacção das autoridades angolanas que, na altura, fizeram saber o seu repúdio face ao tratamento dado ao caso pela Cidade

da Praia.

Tal facto levou a que o então ministro da Justiça, Eurico Monteiro, hoje líder do recém-criado Partido da Convergência Democrática, fosse a Luanda tentar acalmar os ânimos. Coinidência ou não, após o seu regresso o director do "Voz di Povo", Daniel dos Santos, hoje assessor de imprensa de Carlos Veiga, foi demitido e nunca mais se voltou a falar do dossier "Brasilis".

Em relação ao jornal "África", Pedro Pires tem-se defendido dizendo que o financiamento a esse periódico fazia parte de uma estratégia global que envolvia os governos de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Através do "África", segundo ele, pretendia-se criar em Portugal uma imagem favorável aos "Cinco", para além de procurar influenciar de forma positiva certos círculos políticos em prol dos esforços de paz na África Austral.

Por esta razão, a defesa do antigo primeiro-ministro cabo-verdiano admite trazer a Cabo Verde algumas individualidades africanas para testemunharem a seu favor. Contactado pelo PÚBLICO, Pedro Pires confidenciou que até hoje não se sente na pele de alguém que tinha cometido um crime.

"Se tivesse retirado disso algum benefício pessoal, certa-

mente que eu poderia ter problemas de consciência, o que não é o caso. O que fiz visava a obtenção de vantagens para o meu país".

Denunciado com alarido, o caso "África" passou a ser exemplo de como os recursos de um país pobre como Cabo Verde eram utilizados no regime do PAICV. Voltados quase quatro anos, vários outros escândalos vieram entretanto a público, envolvendo agora dignitários do MpD. Aliás, na mesma página em que "A Semana" aborda mais este capítulo do dossier "África", é noticiada a tentativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, ilha de Santiago, para "anunciar os crimes de peculato e falsificação" cometidos pelo deputado João de Pina, do MpD.

O referido deputado encontra-se há dois meses furegado em Portugal, acusado de ter desviado mais de 30 mil contos da Repartição das Finanças desse concelho (ver PÚBLICO de 26-07-94). De acordo com "A Semana", a Câmara de Santa Cruz, cuja administração pertence ao MpD, emitiu dois cheques no valor de 20 mil contos a favor da Tesouraria desse concelho, numa operação que visava diminuir o "buraco" deixado por Pina. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Continuação da pág. 9

Desactivação das máquinas de guerra até ao fim do mês

cias do sul - tidas como sendo território mais favorável à Frelimo do que o norte e centro - já foram recenseados mais eleitores do que o previsto, enquanto no norte é o contrário.

As informações que temos não correspondem a esta leitura. Nas províncias de Gaza e Maputo foram recenseados apenas cerca de metade dos eleitores previstos. Mas em Nampula, segundo Gamito, já foram recenseados mais de 600 mil eleitores de um total previsto de cerca de 1 milhão. No campo do governo há a leitura de que a Renamo manteve "fechadas" as "suas" zonas durante demasiado tempo e agora precisa de mais umas semanas para completar o recenseamento nessas zonas. (recolha por Orlando Muchanga)

Governo de Angola aceitará autonomia de Cabinda

O GOVERNO angolano pretende resolver o problema de Cabinda com o estabelecimento de um período de autonomia de cinco a seis anos, seguido por eventual independência, disse ontem a um enviado da agência Lusa, na fronteira do Congo com aquele território, um responsável local da facção da FLEC chefiada por Luís Renque Franck. Numa reunião efectuada dia 9 em Tchikova, que é como os independentistas chamam à cidade de Cabinda, o governador da

provincia, Manuel Augusto Tomás, teria dito que a prometida autonomia fica condicionada à unidade das numerosas facções que usam o nome comum de FLEC.

A reunião, segundo Francisco Sombuco, incluiu representantes de associações, estudantes, comunidades e chefes tradicionais do território de Cabinda, que tem fronteiras com o Congo e com o Zaire, mas a facção de Henriques Nkita Tingo não esteve presente.

O último número do semanário "Jeune Afrique" considera que a minúscula Cabinda (7270 quilómetros quadrados, menos do que o distrito de Évora) detém provavelmente o recorde mundial de grupos armados por quilómetro quadrado: "Pelo menos sete facções separatistas, de quais há agora a juntar a UNITA, ali chegada no fim de 1991." ■



● ASSINE JÁ ● LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Cimpor vence em Moçambique

EXPRESSO, 20.8.94

A CIMPOR (Cimentos de Portugal) ganhou o concurso de adjudicação destinado à compra de 51 por cento da Companhia de Cimentos de Moçambique (CCM), promovido pelo Centro de Investimento e Promoção e a Unidade de Reestruturação Técnica do Ministério das Finanças daquele país.

Segundo o EXPRESSO apuros, a Cimpor vai ser agora convocada pelo governo moçambicano para discutir as cláusulas definitivas do contrato de compra da CCM. Ao que tudo indica, as negociações finais deverão ter lugar na segunda semana de Setembro. Com esta classificação, a cimenteira portuguesa ultrapassou sérios concorrentes a esta operação de privatização, caso dos sul-africanos da Blue Circle, Anglo Alfa e PPC, dos franceses da Lafarge, dos italianos da CNC, dos suíços da Holderbank, dos nórdicos da Scancen e dos portugueses da Secil, todos eles presentes no concurso de pré-qualificação lançado em Agosto de 1993 através de um anúncio colocado em Agosto de 1993 no jornal britânico «Financial Times».

Face a estes resultados, uma fonte da Cimpor afirma que a empresa se mostra «comedida» no seu contentamento por esta vitória parcial e acrescenta que o diálogo a estabelecer em Setembro se vai pautar por «um profundo respeito pelas decisões das autoridades de Moçambique».

Os montantes implicados na aquisição da maioria do capital da Companhia de Cimentos de Moçambique é

que continuam no segredo dos deuses. «Vai ser seguramente muito dinheiro mas, neste momento, a Cimpor está ainda a fazer a prospecção do valor e a calcular os investimentos que serão necessários posteriormente na Companhia e na reestruturação da frota de distribuição», sublinha a fonte contactada pelo EXPRESSO.

Os números disponíveis indicam que a CMC factura cerca de 1,5 milhões de contos anualmente, estando o grosso da produção centrada na fábrica da Matola, a qual produz 600 mil toneladas/ano de cimento. As outras duas unidades industriais que compõem a cimenteira moçambicana, Dondo e Nacala, têm uma capacidade instalada de produção de 300 mil e 90 mil toneladas/ano, respectivamente.

Apesar da Matola ser considerada actualmente a «jóia da coroa» da CMC, a Cimpor acredita que esta situação se poderá alterar e que as fábricas do Norte de Moçambique terão um «futuro promissor» no universo daquela «holding», dada a disponibilidade de mão-de-obra e reconstrução do país que se avizinha para o período pós-eleitoral. Refira-se que a Cimpor, através de uma empresa agora sua associada, a Cimentor de Leiria, era proprietária da CCM, à data do processo que ditou a independência de Moçambique.

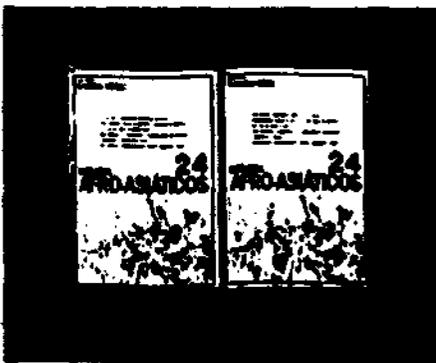
CELSE FILIPE

Os 100 dias de Mandela

EXPRESSO, 20.8.94

O PRESIDENTE Nelson Mandela completou na quinta-feira os 100 primeiros dias à frente dos destinos da África do Sul com um balanço favorável, graças a uma inesperada estabilidade política e ao reinício do crescimento económico. Por um lado, cessaram os sangrentos confrontos entre partidários do ANC e do Inkatha e, por outro, a política económica de tipo neoliberal infundiu confiança nos empresários estrangeiros e nacionais.

No seu discurso perante o Parlamento, Mandela prometeu melhorar as condições de vida dos 28 milhões de negros, anunciando a aceleração da reconstrução das «townships» e zonas rurais, em muitos casos desprovidas de electricidade, água corrente e assistência sanitária, e a criação de uma comissão para investigar os crimes do «apartheid» e compensar monetariamente as suas vítimas. Mandela também declarou guerra aos bandos de delinquentes e narcotraficantes responsáveis pela violência não política, que provoca 45 mortos por dia.



‘África’ pune em Cabo Verde

O EX-PRIMEIRO-MINISTRO de Cabo Verde, Pedro Pires, dois membros do seu gabinete, Júlio de Carvalho e Arnaldo França, e um assessor ministerial, Carlos Andrade, foram formalmente acusados de crime de peculato por, entre 1987 e 1989, terem atribuído secretamente ao jornal «África», com sede em Lisboa, mais de 34 mil contos portugueses, (mais de 17 mil contos cabo-verdianos) provenientes dos cofres do Estado.

De acordo com a acusação do Ministério Público, Pedro Pires, o ex-ministro das Forças de Segurança e Ordem Pública, o ex-secretário de Estado das Finanças (depois titular desta pasta) e o assessor de Júlio de Carvalho incorrem em penas de 12 a 16 anos de prisão.

EXPRESSO, 20.8.94

Dhlakama desmobilizado

AFONSO Dhlakama e 13 generais da Renamo foram ontem desmobilizados em Maringá, Sofala, e quartel-general do movimento de resistência moçambicano. A cerimónia assinalou a extinção formal das Forças de Defesa da Renamo e a entrega do seu património ao novo Exército. «A partir de hoje deixa de ser comandante-em-chefe das tropas da Renamo que lutaram pela democracia neste país», afirmou o líder rebelde.

À terceira é de vez?

EXPRESSO, 20.8.94

COM a anunciada chegada dos primeiros 700 elementos do contingente da UNAVEM III — de um corpo de cerca de dez mil homens cujo mandato de fiscalização do cessar-fogo foi esta semana submetido a aprovação em Lusaka pelo governo e pela UNTA —, Angola passará a ficar dividida em seis grandes regiões militares.

Os primeiros efectivos, que desembarcarão em Luanda logo após a assinatura de um acordo, terão como missão prioritária garantir a segurança nas zonas diamantíferas das Lundas, cuja exploração deverá constituir uma das principais fontes de financiamento da permanência dos «capacetes azuis» em Angola — avaliada em mais de 300 milhões de dólares.

Esta operação congregará, numa primeira fase, oito batalhões — seis de Infantaria, um de Logística e um de Engenharia —, e será reforçada com efectivos policiais que participarão também na fiscalização do processo de acantonamento, desmobilização e desmilitarização das tropas da UNTA.

De acordo com um estudo elaborado pelas Nações Unidas a que o EXPRESSO teve acesso, a região Norte cobrirá as províncias de Luanda, Cabinda, Uíge, Zaire, Bengo, Kuanza-Norte e parte de Malange.

Para além da região envolvendo Luanda, onde se instalará o comando geral, o país ficará dividido nas regiões militares Nordeste, Centro-Oeste, Sudoeste e Sudeste.

Corpo de Liceu Vieira Dias chega amanhã a Luanda

Angola: morreu a música?

PÚBLICO, 21.8.94

José Eduardo Agualusa

Liceu Vieira Dias, fundador da moderna música angolana e nome fundamental do movimento nacionalista, faleceu em Lisboa na passada sexta-feira. O seu corpo estará hoje em câmara ardente, a partir do meio-dia, na Igreja de S. João de Deus, devendo seguir amanhã para Luanda. "Voz consoladora dos ritmos quentes" de Angola, como lhe chamou Agostinho Neto, Liceu Vieira Dias não parece ter deixado seguidores à sua altura.

“Quando voltei / as casuarinas tinham desaparecido da cidade / e também tu / Amigo Liceu / voz consoladora dos ritmos quentes da farra / nas noites dos sábados infalíveis / Também tu / harmonia sagrada e ancestral / resuscitada nos aromas sagrados do N'Gola Ritmos / também tu tinhas desaparecido”, escreveu Agostinho Neto em 1960, num poema dedicado “aos heróis do povo angolano”.

O futuro Presidente de Angola prestava assim homenagem a Liceu Vieira Dias, preso pela polícia política portuguesa no ano anterior, por ligações ao movimento nacionalista, e que se encontrava então a cumprir pena no Tarragal, ilha de Santiago, em Cabo Verde. Após a independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, seria Agostinho Neto a proibir qualquer homenagem a Liceu, acusado de apoiar a Revolta Activa, grupo de inte-

lectuais que pouco antes se haviam levantado publicamente contra a direcção do MPLA. O regime angolano não teve coragem de prender Liceu, cujo prestígio era imenso entre a população de Luanda, mas procurou sempre mantê-lo na sombra.

Carlos Aniceto Vieira Dias nasceu em 1919, o mesmo ano em que foi inaugurado o primeiro estabelecimento de ensino médio em Angola, motivo porque recebeu a alcunha de Liceu.

Do samba ao semba

Filho de um funcionário público, descendente de uma das mais antigas e respeitadas famílias crioulas de Luanda, Liceu viveu a sua infância e adolescência num tempo em que aquilo que chegava a Angola eram sobretudo os ritmos brasileiros e americanos. Não admira, portanto, que tenha começado por interpretar sambinhas cariocas, antes de redescobrir o semba, ritmo angolano que alguns musicólogos acreditam ter dado origem ao samba.

Nos anos 40, ao fundar o N'Gola Ritmos — com Euclides Fontes Pereira (Fontinhas), José Maria, Nino Dongo, Gegé e José Cordeiro —, Liceu Vieira Dias lançou as bases de um largo movimento cultural de fundo nacionalista, que acompanhou o nascimento da moderna literatura angolana e culminou com a criação, no final dos anos 50, do Movimento Popular para a Libertação de Angola.

“O Ritmo do N'Gola Ritmos”, filme realizado em 1975 por António Ole (de que se reproduz aqui um fotograma), realça precisamente a ligação entre a música da mítica banda de Liceu Vieira Dias e o movimento nacionalista. Ole, que se tornou entretanto muito conhecido enquanto artista plástico, recorreu ao testemunho de outras figuras do nacionalismo angolano, como Ruy Mingas — sobrinho de Liceu, e actual embaixador de Angola em Lisboa — ou o escritor Domingos Van-Dunem, embaixador angolano na UNESCO. Apesar disso, o documentário foi mal recebido por Agostinho Neto, e só muito recentemente veio a ser transmitido pela Televisão Popular de Angola. Foi apenas em 1991, no início da

abertura democrática, que um pequeno grupo de cidadãos — entre os quais o escritor E. Bonavena, pseudónimo literário de Nelson Pestana e Simão Cacete, depois fundadores da Associação Cívica Angolana — conseguiu organizar a primeira homenagem pública a Liceu Vieira Dias. O documentário de António Ole devia ter sido exibido nessa data, no cinema Karl Marx, mas apesar do novo clima político o regime angolano de novo não autorizou tal iniciativa.

A força das cachoeiras

Em crónica publicada no início dos anos 60, o poeta Ernesto Lara Filho — falecido em 1977 — recorda a emoção que experimentou ao ouvir pela primeira vez o N'Gola Ritmos: “Os rapazes negros que constituíram, que fundaram, que criaram o N'Gola Ritmos, interpretaram certa noite para mim, como nunca mais ouvi ninguém, uma música popular de Angola que se chama a marcha da 'Cidrália', que todo o mundo conhece.

Mas o N'Gola tinha uma característica curiosa. Agarrava uma música como 'Alentejo', ou como 'Teodoro não vás ao sonoro', e dava-lhe uma vida nova. Expressão. As interpretações rotineiras, sem chama e sem vida, sem cor, trouxeram aqueles rapazes a força das nossas cachoeiras, o verde das nossas florestas, o crepitar das nossas queimadas, os lamentos dos batuques. Foi esse o sal com que temperaram essas músicas. E deram-lhes novos ritmos, novas cores, coisas essas que fizeram re-

nacer músicas envelhecidas pelo uso, esfarrapadas pelo excesso de interpretações sem valor.”

“Muxima” é talvez o tema mais conhecido de todos quantos Liceu Vieira Dias reagatou da tradição popular. Cantado primeiro pelo N'Gola Ritmos e depois pelo Duo Ouro Negro, Ruy Mingas ou Waldemar Bastos (Abel Dueré tencionava incluí-lo no seu próximo trabalho), “Muxima” transformou-se no verdadeiro hino nacional de Angola. “Birim Birim”, “Colonial”, “Palami” ou “Diango Ué”, temas com a assinatura de Liceu, foram mais tarde espantosamente recriados por Ruy Mingas, em dois dos mais belos álbuns de sempre da música angolana: “Temas Angolanos” e “Angola”. Outros, porém, como “Kwaba Kwaba Ye, Kalumba” (em quimbundu, “a tua beleza, menina”), caíram entretanto no esquecimento.

Isoladas em Luanda por força da guerra, as novas gerações de músicos angolanos não puderam seguir o exemplo de Liceu Vieira Dias, que durante anos viajou por várias regiões do seu país pesquisando a inesgotável riqueza rítmica dos povos rurais. Nunca mais a música de Angola conseguiu alcançar o brilho do N'Gola Ritmos. Por tudo isto, o desaparecimento de Liceu Vieira Dias provocou grande consternação entre os angolanos. “Foi uma das maiores figuras do nosso país e da nossa época”, disse um antigo dirigente da Revolta Activa. “Com a morte de Liceu é uma parte da nossa memória que acabamos de perder.” ■

KUMBA IALÁ RECONHECEU FINALMENTE A DERROTA

— O candidato presidencial da oposição guineense que foi à segunda volta, em 7 de Agosto, Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), reconheceu finalmente a vitória de João Bernardo Vieira, Nino, no poder desde Novembro de 1960. Se bem que ao princípio da noite de ontem os resultados finais ainda não tivessem sido divulgados oficialmente, os provisórios anunciados há mais de uma semana dão 52,02 por cento dos votos a Nino e 47,98 por cento a Kumba Ialá, que durante muitos dias se recusou a aceitá-los. Ao fim do dia de ontem, porém, admitiu a derrota, sem no entanto deixar de dizer que a mesma só foi possível devido ao facto de o partido no poder, o PAIGC, ter actuado “à margem da lei”, controlando o processo. Disse que vai ocupar o lugar de deputado e pediu a toda a oposição que se mantenha calma, “reagindo democraticamente”.

PÚBLICO, 21.8.94

Renamo extingue força militar

PÚBLICO, 21.8.94

AS FORÇAS da Renamo já foram oficialmente extintas e o seu líder, Afonso Dhlakama, desmobilizado, no decurso de uma cerimónia que teve lugar na base central da guerrilha, em Maringwé, por altura do antigo Parque Nacional da Gorongosa.

Com a extinção das tropas da Renamo e do Governo, efectivou-se durante a última semana a criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), o novo exército unificado apartidário previsto pelo Acordo Geral de Paz que no dia 4 de Outubro de 1992 foi assinado no ministério italiano dos Negócios Estrangeiros, em Roma.

Além de Afonso Macacho Dhlakama, foram ainda desmobilizados mais oito generais e cinco brigadeiros, incluindo o número dois da Renamo, Raul Domingos. Na mesma ocasião teve início o processo de desmobilização de 900 guerrilheiros, oficialmente considerados os últimos efectivos não-ecantonáveis do movimento que durante perto de 16 anos combateu o Estado moçambicano, liderado pelo partido Frelimo.

A cerimónia em Maringwé, que ocorreu poucos dias após a extinção do exército governamental, e a passagem à reserva do Presidente Chissano como general, foi tratada pela operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) como uma das datas mais importantes do processo de paz moçambicano.

Durante todo o dia de sexta-feira, registou-se um tráfego insustentado de aviões e helicópteros na pista de aterragem em terra batida, a cerca de cinco quilómetros do centro das instalações que a Renamo usava na região.

Ao discursar após a desmobilização, Afonso Dhlakama reiterou a promessa de que a Renamo jamais retomará as armas, seja qual for o resultado das eleições. "Somos inteligentes, somos políticos e estamos preparados para o desafio de Outubro deste ano", disse o líder da Renamo.

Liberdade e justiça

Dhlakama, que pediu um minuto de silêncio em memória das

vítimas dos 16 anos de guerra, instou os seus antigos combatentes a reintegrarem pacificamente a vida civil, sem esperarem que o fim da guerra lhes traga vantagens materiais imediatas. "O vosso trabalho é pago pela liberdade e pela justiça", afirmou.

A base central da Renamo está situada no sopé da serra da Gorongosa, na província de Sofala, a cerca de 200 quilómetros da cidade da Beira, que é o principal porto do centro de Moçambique e está ligado por caminho de ferro ao vizinho Zimbábue. Durante a sua estada no local, os jornalistas foram autorizados a circular livremente, embora tenham sido alertados para o perigo da existência de minas nos terrenos em redor da base.

Afonso Dhlakama mostrou-se acessível ao assédio da Comunicação Social, mas no momento em que foi pessoalmente despedir-se das suas tropas, em conversa informal, solicitou aos jornalistas que se afastassem, invocando a intimidade do momento.

No fim da cerimónia, o presidente da Renamo, abreviatura que significa Resistência Nacional de Moçambique, manifestou ao PÚBLICO a sua satisfação: "Hoje sinto-me um grande homem, porque trouxe a democracia e a paz a este país".

Fontes da Onumoz revelaram que os dispositivos básicos do

Governo e da Renamo nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa estarão completamente desactivados até ao fim deste mês. Um alto funcionário das Nações Unidas confirmou o facto, ressaltando contudo que persistem problemas com os naparamas e outras forças paramilitares activas no Norte do país durante a guerra civil.

Notícias de Nampula indicam que a situação parece estar a voltar à normalidade no distrito de Namapa, onde guerreiros naparamas se amotinaram quinta-feira, exigindo regalias de desmobilização iguais às concedidas aos soldados governamentais. Os naparamas, que combateram ao lado das FPLM durante os últimos anos de guerra, amotinaram-se e saquearam os mercados de Namapa, além de interromperem o trânsito rodoviário na estrada que liga as províncias de Nampula e Cabo Delgado.

Entretanto, as acções reivindicativas dos antigos militares do Governo e da Renamo prosseguem por todo o Moçambique. E na semana ora finda abrangeram dezenas de antigos combatentes do Destacamento Feminino governamental, que em Maputo ocuparam o comando do Exército e sequestraram os oficiais responsáveis pela contabilidade e pagamentos.

José Paulo de Sá, em Maputo

PÚBLICO, 22.8.94

Nino confirmado

OPRESIDENTE da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, Nino, que conquistou o cargo pelas armas, em Novembro de 1980, ao depor Luís Cabral, foi o vencedor oficial das eleições agora realizadas em 3 de Julho e 7 de Agosto, confirmou durante o fim-de-semana a entidade encarregada da contagem dos votos. Nino Vieira conseguiu 52 por cento dos 309.347 votos expressos na segunda volta, indo os restantes 48 por cento para Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS) e de uma das bancadas que a oposição passa a ter na Assembleia Nacional. A vantagem eleitoral de Nino foi essencialmente conseguida nas regiões de Biombo, Bafatá, Gabú, Bolama e Bijagá, enquanto os melhores resultados de Kumba Ialá foram os conseguidos em Bissau, Oio e Cacheu.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.